

Luta e mobilização geram conquistas

A construção de uma campanha salarial não acontece na véspera do dissídio

Uma extensa pauta de debates - fruto de um amplo processo democrático realizado primeiramente nas bases sindicais locais, depois nos estados e finalmente numa Conferência Nacional, define os rumos do que será discutido com os representantes dos bancos nas reuniões de negociação.

Além destes debates, os bancários são convidados a participar da construção da pauta através de pesquisas e questionários feitos pelos sindicatos por amostragem e reunidos em nível nacional, proporcionando assim à pauta de reivindicações uma radiografia o mais fiel possível dos anseios da categoria. Temas prioritários orientam os debates: emprego e remuneração; saúde do trabalhador e condições de trabalho; segurança bancária e Sistema Financeiro Nacional.

Um mês antes do dissídio, a minuta de reivindicações é entregue aos representantes dos bancos. São mais de cem itens. Todos os anos a categoria precisa garantir benefícios já conquistados anteriormente. A gratificação de caixa, o auxílio-refeição, a cesta alimentação, o auxílio creche-babá, entre outros, fazem parte anualmente da pauta e necessitam ser renovados, além da busca pela ampliação de direitos. Daí a importância de uma categoria unida e forte em nível nacional. É essa união que garante os mesmos benefícios para todos os bancários, de norte a sul, através de uma Convenção Coletiva de

Trabalho de caráter nacional.

Bancários e banqueiros iniciam as negociações. O mês de setembro é marcado pela realização de muitas mesas conforme os temas prioritários e reivindicações específicas de bancos públicos e privados.

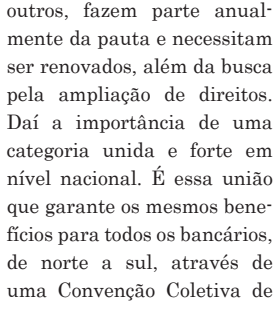
Mas por que então acontece uma greve?

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 a greve tornou-se não apenas um instrumento de pressão nas negociações salariais. A greve, respeitados os trâmites legais, passou a ser um direito constitucional dos trabalhadores na busca de melhores condições de trabalho e salários dignos.

Uma greve se faz depois

de se chegar ao ponto onde não há outras alternativas. Ela acontece após esgotarem-se as possibilidades de avanços, quando é necessário se tomar uma

Fotos: Karine Endres e Daniela Amoretti Finkler



O poder econômico se utiliza até de instrumentos jurídicos como o interdito proibitório para impedir as mobilizações. O interdito é uma peça jurídica que serve para proteger a propriedade e que não faz parte das relações de trabalho.

O que se vivencia é uma grande contradição, onde ao mesmo tempo em que a sociedade brada por justiça e pela garantia de seus direitos enquanto indivíduos, sofre o conflito de ser induzida a não aceitar movimentos organizados através de entidades sindicais de classe. Entidades essas, legítimas representante de categorias, como é o caso dos bancários.

A organização em nível nacional, como ocorre na categoria bancária, garante não apenas a melhoria nas condições de trabalho e remuneração, mas também um comprometimento do setor financeiro com a sociedade, na medida em que as reivindicações denunciam a precarização do atendimento, o abuso na cobrança de taxas e tarifas e a falta de segurança. O resultado da conscientização dos bancários e da sua unidade, demonstradas na campanha nacional, faz com que se reduzam as desigualdades, proporcionando durante os últimos oito anos ganho real, e não apenas reposição das perdas salariais.

posição muito forte frente ao desequilíbrio entre o poder econômico dos bancos e os baixos salários, somados às rotinas extenuantes.

Nesse contexto, a greve se torna a maior arma de negociação. É a última ferramenta utilizada, pois os bancários se cansam de aguardar durante mais de 60 dias por uma proposta digna e ficam sem alternativa, a não ser ir às ruas. Ao mesmo tempo, a mobilização mostra como é falaciosa a proposta dos banqueiros, pois além de negarem aumento real, buscam retirar direitos conquistados pelos bancários ao longo das campanhas salariais.

Se é um direito, por que os bancos tentam cerceá-lo?

A verdade é que os bancários não podem parar de dar lucro. Para os bancos isso, o lucro, é o que realmente importa. Sendo assim, utilizam-se de todos os artifícios possíveis para impedirem que o direito a greve seja exercido.

Convenção Coletiva garante aumento real pelo oitavo ano

A maior greve dos últimos vinte anos, com 22 dias de paralisação, garantiu aumento real para a categoria pelo oitavo ano consecutivo.

A Campanha Salarial dos Bancários deste ano não se pautou somente pelas questões econômicas. Em todos os fóruns de discussão preparatórios, que definiram as reivindicações dos bancários, a luta pela melhoria nas condições de trabalho, saúde, segurança e o combate ao assédio moral foram apontados como prioridades.

Neste sentido, houve avanços com a inclusão da Cláusula 35, por exemplo. Denominada como "Monitoramento de Resultados", a cláusula proíbe os bancos de exporem publicamente o ranking individual de seus empregados. Com isso, as instituições não poderão mais divulgar em seus murais, e-mails ou em reuniões, a classificação "ranking" do desempenho de cada empregado. Isto diminui a competição entre colegas e evita

constrangimentos àqueles que não alcançaram a metas.

Outra conquista, pleiteada durante várias Campanhas Salariais, foi a proibição sumária do transporte de valores por bancários.

Reajuste

A união e força da categoria conquistaram um reajuste salarial de 9% (correspondendo a um aumento real de 1,5%), valorização do piso da categoria que passa a ser de R\$ 1.400 (aumento real de 4,3%). A conquista superou a primeira proposta da Fenaban, que propunha 0,38% de aumento real. O reajuste maior tem impacto positivo para escriturários, caixas, tesoureiros e primeiros comissionados.

Além disso, pelo segundo ano consecutivo os bancários conseguem elevação dos pisos. Este ano, a valorização chegou a 12%, representando aumento real de 4,3%. Entre 2004 e 2011, o piso subiu 31,7% acima da inflação.

PLR

A parte fixa da regra básica da PLR cresceu 27,18% ficando em 90% do salário mais R\$ 1.400. Se ao final

do pagamento dessa regra básica o montante distribuído não atingir 5% do lucro líquido do banco, o valor deve ser aumentado até atingir 2,2 salários.

O teto da PLR adicional também subiu. Serão distribuídos 2% do lucro líquido anual entre todos os empregados, com teto de R\$ 2.800 – valor que cresceu 16,66% em relação a 2010. Esse montante é pago acima dos tetos da PLR e sem desconto dos programas próprios de remuneração.

Compensação

Não será descontado nenhum dos 21 dias de greve entre 27 de setembro e 17 de outubro. A compensação precisa ser feita entre os dias 21 de outubro e 15 de dezembro, de segunda à sexta-feira (exceto feriados), em no máximo duas horas por dia. Eventual saldo após esse período será anistiado.

A Convenção Coletiva dos Bancários 2011/2012 e o Acordo de Participação nos Lucros

e Resultados 2011, assinados com a Fenaban no dia 21 de outubro, estão disponíveis no portal do Sindicato (www.bancax.org.br), na seção Convenções e Acordos – menu Convenções e Acordos.

Foto: Karine Endres



Banrisul: metas e Plano de Carreira em discussão

Após 22 dias de greve, os banrisulenses garantiram o compromisso da direção do banco em reformular o Plano de Carreira, que deverá ser apresentado até o final de junho de 2012.

Os funcionários do Banrisul também conseguiram que as metas fossem discutidas, garantindo uma redução no gatilho de cumprimento.

O atual Plano de Carreira foi implementado há mais de 40 anos e contém muitas distorções. A criação de uma comissão para elaborar um novo Plano foi conquistada da Campanha Salarial do ano passado. Agora, os banrisulenses devem se manter unidos para que essa proposta seja finalizada e implementada o quanto antes, corrigindo distorções que existem no quadro funcional.

O Banrisul segue a Fenaban em diversos itens,



Foto: Karine Endres

como a compensação dos dias parados até 15 de dezembro, e no reajuste linear de 9% e 12% no piso de ingresso. A Cesta-Alimentação, Vale-Refeição e Auxílio Creche/Babá também foram reajustados em 9%. A 13ª Cesta-Alimentação teve uma implementação de 118,92%, passando para R\$ 1.000 em 2011.

Outras conquistas importantes para os banrisulenses foram o aumento no abono e gratificação dos caixas para R\$ 600,00, o que representa um acréscimo de 17,87%.

Também foi criada uma gratificação para os Operadores de Negócios, com valor fixo de R\$ 300,00, mais R\$ 100,00 correspondente à RV3, a partir de dezembro de 2011. O pagamento da RV3 está condicionado ao desempenho mínimo de 75% da meta até julho de 2012 e 80% a partir de julho de 2012. A Remuneração Variável 2 teve um aumento no percentual a ser distribuído, de 1,25% para 1,30%, o que equivale a um acréscimo de R\$ 2 milhões.

A PLR dos banrisulenses foi paga antecipadamente, tanto a regra básica quanto a específica, em parcela única, com base nos números apurados até agosto de 2011, no dia 25 de outubro.

A Cesta-Alimentação foi estendida para os empregados afastados por motivo de doença para mais seis meses, completando assim 12 meses de pagamento para estes funcionários.

Em relação às cláusulas sociais também houve avanços, com ampliação de 30% para 40% o custeamento de despesas com educação dos funcionários em cursos de graduação, mestrado e doutorado, limitado a R\$ 3 mil por semestre, em áreas fins, a licença adoção de 30 dias, extensiva aos casais homoafetivos e solteiros, independente de gênero, e a licença paternidade de cinco dias úteis.

Além disso, a direção do banco também se comprometeu com o retorno imediato da ginástica laboral nos locais de trabalho.

Empregados da Caixa avançam em suas conquistas



Foto: Kalline Endres

O Acordo Coletivo dos empregados da Caixa Econômica Federal, assinado pelos representantes dos bancários e pela direção da empresa no dia 25 de outubro, garantiu avanços históricos importantes na pauta específica dos empregados da CEF.

Uma destas conquistas é a manutenção da PLR Social, que equivale a 4% do lucro líquido do banco, distribuído linearmente, além da rega básica e parcela adicional acordada com a Fenaban. O valor será distribuído mesmo que, somado à regra da Fenaban, seja ultrapassado pelo limite de 15% do lucro do banco, como previsto no acordo coletivo da categoria.

Na Caixa, o aditivo à Convenção Coletiva Nacional 2011/2012 assegura itens como reajuste de 9% em todas as verbas salariais, elevação do piso de ingresso – passando dos atuais R\$ 1.637 (referência 202) para R\$ 1.826 após 90 dias (referência 203). Nesse piso, o reajuste foi de 11,55%.

Houve a garantia ainda de repasse do aumento de R\$ 39 na tabela do Plano de Cargos e Salários (PCS), para os empregados que ainda se encontram inseridos na tabela do PCS antigo.

Outro avanço importante da proposta é a contratação de cinco mil novos empregados para o banco. A redação da cláusula prevê a ampliação do quadro dos atuais 87 mil empregados para 92 mil, com compromisso assumido pela Caixa de atingir esse número até dezembro de 2012.

Em relação à Saúde do Trabalhador, também houve avanços, com a ampliação de 16 para 180 dias da garantia de manutenção de função para trabalhadores afastados por motivo de saúde.

Atualmente, após 15 dias de afastamento, o gestor da unidade tem a opção de manter ou retirar a função

do empregado em licença médica por até 180 dias. Embora o pagamento do valor permaneça na complementação por até seis meses em caso de doença comum, por até dois anos em caso de doença grave e por tempo indeterminado se for acidente de trabalho, é comum os gestores retirarem a titularidade, o que gera redução salarial no retorno da licença. Se o trabalhador em questão voltar antes de completar 180 dias de afastamento, terá, com este acordo, garantida a titularidade da função.

A proposta assinada garante avanços em relação ao Saúde Caixa, prevendo que o filho maior de 21 anos, comprovadamente sem renda, continue até os 24 anos no plano como dependente indireto, mesmo que não esteja estudando. Além disso, o empregado poderá manter o filho no plano até os 27 anos, desde que não tenha renda e esteja estudando.

Tanto o Acordo Aditivo 2011/2012 como o Acordo de Participação nos Lucros e Resultados da CEF estão disponíveis no portal do Sindicato (www.bancax.org.br), na seção Convenções e Acordos – menu Caixa Econômica Federal.

Banco do Brasil mantém melhor modelo de PLR da categoria

Aumento real, valorização do piso com reflexo no plano de carreira, avanço na carreira de mérito, benefícios nas áreas sociais e de saúde, manutenção da cláusula de trava de descomissionamento, além da manutenção do melhor modelo de PLR da categoria são algumas das conquistas garantidas pelo Acordo Aditivo do BB, assinado no dia 24 de outubro.

O acordo específico de participação nos lucros, assinado no mesmo dia, mantém a mesma regra dos anos anteriores para a PLR e ainda garante valores individuais maiores em relação ao 1º semestre de 2010, com variações da ordem de 9,9% a 13,1%.

Esse modelo prevê distribuição anual, dividida em dois semestres distintos, de 90% do salário paradigma (A-6 para escriturário e A-6 + comissão de caixa e VRs), distribuição linear de 4% do lucro líquido, além de valor baseado na parcela fixa da PLR da categoria (Fenaban), mais o módulo bônus para os comissionados. O pagamento é feito semestralmente.

A partir do lucro anualizado do banco em 2011 (R\$ 12,6 bi), essa distribuição representa, para um empregado que ganha o piso de R\$ 1.760 (reajustado em 9%), PLR total de cerca de 4,23 salários.

Para as questões específicas econômicas do BB o piso será reajustado em 10%, que passa a R\$ 1.760. Com isso o aumento real de 2,43% impacta em toda a curva do Plano de Cargos e Remuneração (PCR). Cada M (mérito) passa a valer R\$ 97,35 com o aumento real de 2,43%.

Outro avanço é a retroatividade do Plano de Cargos Comissionados no mérito da carreira até 1998. Após a conquista da carreira de mérito na campanha do ano passado, a luta agora é para que seja aprimorada. A retroatividade garante que o período de exercício de comissões, desde a criação dos VRs (valores de referência), seja reconhecido para todos os funcionários.

Um dos maiores embates entre os representantes dos trabalhadores e a direção do Banco do Brasil foi em torno da manutenção da cláusula que estabelece as três avaliações negativas e consecutivas antes que haja qualquer descomissionamento. Depois de uma verdadeira batalha e, por



Foto: Daniela Amoeriti Finkler

Lançamento da Campanha Salarial em frente à agência Centro do Banco do Brasil

força da greve, ficou mantida a proteção à perda da comissão.

A trava de descomissionamento sofreu redução para um ano em caso de concorrência de posto efetivo para comissionamento. Essa alteração, conquistada na mesa de negociação, permite que os trabalhadores tenham melhor perspectiva de crescimento na carreira. Antes era preciso ficar dois anos como Posto Efetivo para pleitear a promoção, o que “atrasava” a carreira dos funcionários.

A categoria também conquistou avanços em relação à Saúde do Trabalhador, com ampliação de 4 para 12 meses do VCP (Vencimento de Caráter Pessoal) ao comissionado que retorna das licenças saúde e de acidente de trabalho.

Tanto o Acordo Aditivo 2011/2012 como o Acordo de Participação nos Lucros e Resultados do BB estão disponíveis no portal do Sindicato (www.bancax.org.br), na seção Convenções e Acordos – menu Banco do Brasil.

4º Baile de Casais dos Bancários dá show de alegria

Fotos: Mário André Coelho

A animação tomou conta da noite em 29 de outubro, no salão da Igreja Nossa Senhora da Saúde. Os bancários deram um show de alegria no seu baile anual.



Vaine Andreguete, diretora da Secretaria de Organização Política e Sindical, abriu a noite com uma saudação a todos os 250 casais que prestigiaram o evento, símbolo maior da alegria e descontração dos bancários caxienses.

O Baile dos Bancários reúne em um único momento diversos motivos para comemoração. Celebra o Dia do Bancário, prestigia o aniversário do Sindicato – que neste ano completou 76 anos no dia 24 de outubro, e também comemora as conquistas da Campanha Nacional dos Bancários.

A animação da noite ficou com a Aeroporto Banda Show, que iniciou a festa já surpreendendo. A banda fez uma emocionante abertura com dançarinos e a bela interpretação do personagem Carlitos, de Charlie Chaplin, cantando “Bailes da Vida”



de Milton Nascimento.

Além do excelente repertório do conjunto, pode-se ainda apreciar toda a versatilidade do grupo, que a cada estilo musical mudava o figurino e fazia coreografias divertidas e bem caracterizadas, numa integração muito feliz entre o público e a banda. Foram

cinco horas de alegria e descontração que deixam desde já um gostinho de saudade. Que venha o 5º baile dos Bancários!



Banco do Brasil: Sindicato pode requerer quinquênio

O Sindicato estuda ingressar com uma ação coletiva na Justiça do Trabalho, requerendo o pagamento do quinquênio para os funcionários do BB.

A ação contempla os empregados admitidos no banco até agosto de 1983. Este benefício existia antes de setembro de 1983, quando foi incluído o anuênio no Acordo Coletivo. O anuênio de certa forma substituiu o quinquênio, mas a diferença entre eles é que o quinquênio não foi instituído através de Acordo Coletivo.

A Justiça Trabalhista, em algumas cidades, negou o pedido para o retorno do anuênio, em ação coletiva impetrada pelo Sindicato. O argumento para a negação é de que o anuênio foi um direito estabelecido por Acordo Coletivo, portanto, não se incorpora aos contratos individuais de trabalho.

Bancários em defesa do campus da UFRGS

O Sindicato dos Bancários está participando da Comissão Pró-Universidade Pública em Caxias do Sul. Diversos movimentos sociais e sindicais integram essa comissão instalada pela Câmara de Vereadores.

Em julho deste ano, o Ministério da Educação anunciou que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ampliaria suas unidades, sendo que a Serra seria contemplada. Três cidades estão na “competição” pela vinda do Campus. Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Veranópolis têm que mostrar suas vantagens e necessidades para conquistar o campus.

O objetivo da comissão é mobilizar a população e o poder público, mostrando que Caxias precisa e tem os melhores indicadores de educação (número de alunos), econômicos e de desenvolvimento, justificando a instalação do campus da UFRGS.

Desde agosto estão sendo realizadas diversas atividades, como audiências públicas, caminhadas e manifestações, buscando chamar a atenção para o fato.

Sindicato dos Bancários
Caxias do Sul e Região

Borges de Medeiros, 676, Centro
Caxias do Sul - RS
Cep: 95020-310
Fone: (54) 3223.2166
Fax: (54) 3223.2405
bancax@bancax.org.br

Voz do Bancário
vozdobancario@bancax.org.br

Publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fundado em 24 de outubro de 1935
Filiado à Feeb/RS, Contraf, Cut, Dieese e Diap

Coordenadores de Secretarias:

Imprensa, Divulgação e Mobilização: Daniela Amoretti Finkler;

Organização e Política Sindical:

Vaine Terezinha Andreguete;

Movimentos Sociais: Marcelo Caon;

Formação: Ademar Henrique Bellini;

Finanças, Patrimônio e Administração:

Ariovaldo Adão Filippi;

Cultura Esporte e Lazer: Luis Fernando Loro;

Saúde e Relações do Trabalho:

Vilmar José Castagna;

Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região;

Jornalista Responsável:

Karine Endres - MtB: 12.764

Diagramação e Arte: Karine Endres

Fotolitos e Impressão: Jornal Pioneiro;

Tiragem desta edição: 2.500 exemplares;